



## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 70 / 2020

#### **DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS E REGRAS PARA FINS DE PREVENÇÃO À INFECÇÃO E À PROPAGAÇÃO DO COVID-19 NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE-MG.**

O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de diretriz de retomada gradual da prestação de serviços presenciais na Câmara Municipal, com a adoção dos cuidados necessários para a minimização da transmissão da infecção humana pelo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a reabertura à população também deve ser feita de forma gradual, e com restrições, observadas as normas de distanciamento social definidas pelas autoridades sanitárias;

CONSIDERANDO o necessário apoio administrativo para as atividades parlamentares desta Câmara Municipal;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de organização das atividades desenvolvidas pelos servidores da Câmara, presencialmente e em regime de teletrabalho;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação do COVID-19 no âmbito da Câmara Municipal de Pouso Alegre, de modo a preservar a saúde de todos que frequentam a Poder Legislativo Municipal; expede a seguinte

### PORTARIA

**Art. 1º** Esta Portaria dispõe sobre os procedimentos e regras para a retomada gradual da prestação dos serviços de forma presencial, para fins de prevenção à infecção e à propagação do COVID-19 no âmbito da Câmara Municipal de Pouso Alegre.

**Parágrafo único.** As medidas de que trata esta Portaria vigorarão até decisão em sentido contrário do Presidente da Mesa da Câmara Municipal de Pouso Alegre.

**Art. 2º** Terão a acesso à Câmara Municipal de Pouso Alegre os Vereadores, servidores, estagiários, terceirizados, e fornecedores e empregados que prestam serviços na Câmara Municipal.

**§ 1º** O acesso do público externo aos Gabinetes Parlamentares, ao Gabinete da Presidência, ao Departamento Legislativo, à Assessoria de Comunicação, ao Departamento Jurídico, à Controladoria Geral, à TV Câmara, ao Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, à Escola do Legislativo Professor Rômulo Coelho, ao Centro de Atendimento ao

Cidadão, e à Diretoria Geral, acontecerá mediante agendamento prévio, limitado a no máximo 2 (dois) visitantes por vez.

§ 2º O atendimento dos serviços internos e dos Gabinetes Parlamentares à população devem acontecer, preferencialmente, via telefone e *e-mail*.

**Art. 3º** A entrada de pessoas nas dependências da Câmara Municipal de Pouso Alegre é condicionada ao:

I – resultado de teste de aferição de temperatura corporal realizado pela Câmara Municipal de Pouso Alegre inferior a 37,8°C (trinta e sete vírgula oito graus centígrados);

II – uso de máscara facial durante o tempo de sua permanência.

**Parágrafo único.** Na hipótese a que se refere o inciso I do caput deste artigo, aqueles que apresentarem temperatura corporal igual ou superior a 37,8°C (trinta e sete vírgula oito graus centígrados) receberão orientações sobre os procedimentos pertinentes.

**Art. 4º** Fica suspensa a realização nas dependências da Câmara Municipal de Pouso Alegre de eventos coletivos, não diretamente relacionados às atividades legislativas do Plenário e das Comissões, com público superior a 20 (vinte pessoas).

§ 1º A realização nas dependências da Câmara Municipal de Pouso Alegre de eventos coletivos, não diretamente relacionados às atividades legislativas do Plenário e das Comissões, com público inferior a 20 (vinte pessoas), deve atender as disposições do Decreto Municipal em vigor sobre a prevenção do COVID-19.

§ 2º Ficam abrangidas pela suspensão de que trata o **caput** deste artigo as Sessões Especiais, Audiências Públicas, e eventos promovidos por vereadores ou terceiros no Plenário Vereador Firmo da Motta Paes, no Plenarinho Vereador Hebert de Campos, na Galeria de Artes Ricardo Galvão, na Sala de Multimídia Vereador Paulo Roberto Ferreira de Faria e na Sala Bernardino de Campos.

§ 3º Excetuam-se da disposição do **caput** deste artigo as Sessões Ordinárias e Extraordinárias, que acontecerão sem a presença de público e de forma remota.

**Art. 5º** Fica suspensa a autorização de servidores e Vereadores para participar de eventos e cursos presenciais externos.

**Art. 6º** Os Vereadores, servidores, estagiários e terceirizados que tenham mantido contato próximo com casos suspeitos ou confirmados de COVID-19, e não apresentem sintomas respiratórios ou febre, serão afastados administrativamente por até 05 (cinco) dias a contar do contato.

§ 1º A pessoa abrangida pela hipótese deste artigo deverá comunicar imediatamente tal circunstância, com a respectiva comprovação, à:

I - Presidência, no caso de Vereador;

II - respectiva chefia imediata, no caso de servidor e estagiário, a qual remeterá a documentação, conforme o caso, ao setor de Recursos Humanos, para providências;

III – ao gestor do contrato, no caso de empregados terceirizados, para demais providências.

§ 2º Sempre que possível, o afastamento de servidores, estagiários e terceirizados dar-se á sob o regime de teletrabalho.

§ 3º Durante o período de afastamento de que trata este artigo os servidores, estagiários e terceirizados não poderão se ausentar do município de residência.

§ 4º Considera-se caso suspeito aquele que estiver sob tratamento médico em procedimento de investigação para confirmação da infecção por COVID-19.

§ 5º Afastado o diagnóstico do caso suspeito, interrompe-se o afastamento.

**Art. 7º** Os Vereadores, servidores, estagiários e terceirizados que apresentem sintomas respiratórios ou febre serão imediatamente afastados por período a ser definido por unidade de saúde de referência.

**Art. 8º** Deverão executar suas atividades **preferencialmente** em teletrabalho enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19:

I - os Vereadores, servidores, estagiários e terceirizados:

a) com sessenta anos ou mais;

b) imunodeficientes ou com doenças preexistentes crônicas ou graves relacionadas no Anexo I; e

c) responsáveis pelo cuidado de uma ou mais pessoas com suspeita ou confirmação de diagnóstico de infecção por COVID-19, desde que haja coabitação; e

II - as Vereadoras, servidoras, estagiárias e terceirizadas gestantes ou lactantes.

§ 1º A condição de que trata a alínea “b” do inciso I deste artigo ocorrerá mediante autodeclaração, **juntamente com laudo médico que comprove a doença**, na forma do Anexo II, encaminhada para o *e-mail* institucional da chefia imediata.

§ 2º A condição de que trata a alínea “c” do inciso I deste artigo ocorrerá mediante autodeclaração, **juntamente com laudo médico que comprove a doença**, na forma do Anexo III, encaminhada para o *e-mail* institucional da chefia imediata.

§ 3º A prestação de informação falsa sujeitará os Vereadores, servidores, estagiários e terceirizados às sanções penais e administrativas previstas em Lei.

**Art. 9º** Os servidores e estagiários que possuam filhos em idade escolar ou inferior e que necessitem da assistência de um dos pais ficam autorizados a executarem suas atribuições em teletrabalho, enquanto vigorar norma local que suspenda as atividades escolares ou em creche, por motivos de força maior relacionadas ao COVID-19.

§ 1º Caso ambos os pais sejam servidores e estagiários, a hipótese do **caput** será aplicável a apenas um deles.

§ 2º A comprovação do preenchimento dos requisitos previstos no **caput** e no § 1º ocorrerá mediante autodeclaração, na forma do Anexo IV, encaminhada para o *e-mail* institucional da chefia imediata.

§ 3º A prestação de informação falsa sujeitará os servidores e os estagiários às sanções penais e administrativas previstas em Lei.

**Art. 10.** Os servidores em regime de teletrabalho deverão manter-se acessíveis por meio de contato telefônico, aplicativo de mensagens ou outro meio de comunicação, durante todo o período da respectiva jornada de trabalho **que tiver determinado pela chefia imediata**, mantendo-se de prontidão para a realização das tarefas por meios virtuais, conforme demanda da chefia imediata, sob pena de realização de descontos em sua remuneração.

§ 1º Verificada a hipótese de necessidade de comparecimento presencial do servidor à sede da Câmara Municipal, observado o estabelecido pela Presidência, **chefia imediata** ou eventual convocação excepcional, fica dispensada a exigência do cumprimento integral da jornada de trabalho, cabendo ao servidor permanecer nas dependências da Câmara Municipal apenas pelo tempo indispensável para a necessidade do serviço.

§ 2º Caberá ao Diretor Geral e às chefias imediatas o estabelecimento nesse período das rotinas e demandas de trabalho a serem desenvolvidas **na semana**, para os servidores que estiverem em teletrabalho, de modo a garantir a manutenção do regular funcionamento das atividades administrativas da Câmara Municipal, cabendo às chefias imediatas a entrega de relatório semanal **ao Diretor Geral sobre as atividades desempenhadas pelos servidores**.

**Art. 11.** A prestação dos serviços de forma presencial na Câmara Municipal será realizada com quantitativo de no mínimo 2 (dois) servidores por setor, para garantir o funcionamento do setor e o atendimento da demanda decorrente dessa nova etapa de retomada, observados os cuidados para evitar adensamento de pessoas no ambiente de trabalho, efetuando a devida distribuição física da força de trabalho presencial, com o objetivo de evitar a concentração e a proximidade de pessoas no ambiente de trabalho.

§ 1º Caberá às chefias imediatas respectivas organizar sistema de alternância ou de rodízio entre os servidores de cada setor, informando a escala da semana **todas as sextas-feiras** ao Setor de Recursos Humanos, buscando resguardar o quantitativo mínimo previsto no **caput** deste artigo para o funcionamento da unidade.

§ 2º Nos dias em que o servidor ou estagiário estiver dispensado do exercício presencial deverá cumprir jornada em regime de teletrabalho nos termos do art. 10 desta Portaria, não podendo se ausentar do município de residência.

§ 3º O abono da falta, para todos os fins de direito e sem prejuízo da remuneração, somente será para os servidores, estagiários ou terceirizados que estejam afastados conforme previsão dos artigos 6º e 7º.

**Art. 12.** A inclusão na modalidade de teletrabalho não constitui direito e poderá ser revertido a qualquer tempo, em função da conveniência da Administração, por desnecessidade ou retomada presencial normal dos serviços.

**Parágrafo único.** Os servidores, estagiários e terceirizados em regime de teletrabalho que não cumprirem integralmente a jornada de trabalho diária e semanal sofrerão as penalidades previstas na legislação específica.

**Art. 13.** As ações ou omissões que violem o disposto nesta Portaria sujeitam o autor a sanções penais, civis, éticas e administrativas.

**Art. 14.** Ficam revogadas as Portarias n. 37/2020 e n. 38/2020.

**Art. 15.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Câmara Municipal de Pouso Alegre, 11 de setembro de 2020.

Rodrigo Modesto  
PRESIDENTE DA MESA

## ANEXO I

- Doença respiratória crônica • Asma Grave em uso de corticóide sistêmico;
- D'POC;
- Broriquiectasia;
- Fibrose Clstica;
- Doenças Intersticiais do pulmão;
- Displasia broncopulmonar;
- Hipertensão Pulmonar;
- Doença cardíaca crônica;
- Doença cardíaca congênita;
- Doença cardíaca isquêmica;
- Insuficiência cardíaca;
- Doença renal crônica · Doença renal nos estágios 3, 4 e 5;
- Síndrome nefrótica; • Paciente em diálise.
- Doença hepática crônica;
- Hepatites crônicas;
- Cirrose;
- Doenças hereditárias e degenerativas do sistema nervoso ou muscular.
- Diabetes · Diabetes Mellítus tipo I e tipo II em uso de medicamentos.
- Imunossupressão;
- Imunodeficiência congênita ou adquirida;
- Imunossupressão por doenças ou medicamentos;
- Transplantados.

## ANEXO II

### AUTODECLARAÇÃO DE SAÚDE

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_  
declaro para fins específicos de atendimento ao disposto na Portaria nº 38, de 18 de março de 2020, que devo ser submetido a isolamento por meio trabalho remoto em razão de doença preexistente crônica ou grave ou de imunodeficiência, com data de início \_\_\_\_\_, e enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Declaro, mais, que estou ciente de que a prestação de informação falsa me sujeitará às sanções penais e administrativas previstas em Lei.

### **OBS: JUNTAMENTE COM LAUDO MÉDICO**

## ANEXO III

### AUTODECLARAÇÃO DE CUIDADO E COABITAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_  
declaro para fins específicos de atendimento ao disposto na Portaria nº 38, de 18 de março de 2020, que em razão de ter sob meu cuidado uma ou mais pessoas com suspeita ou confirmação de diagnóstico de infecção por COVID-19, bem como coabitar na mesma residência que esta pessoa, devo ser submetido a isolamento por meio trabalho remoto com data de início \_\_\_\_\_, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Declaro, mais, que estou ciente de que a prestação de informação falsa me sujeitará às sanções penais e administrativas previstas em Lei.

### **OBS: JUNTAMENTE COM LAUDO MÉDICO**

ANEXO IV

**AUTODECLARAÇÃO DE FILHO(S) EM IDADE ESCOLAR**

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_

declaro para fins específicos de atendimento ao disposto na Portaria nº 38, de 18 de março de 2020, que tenho filhos em idade escolar ou inferior e que necessitam da minha assistência, portanto, necessito ser submetido a trabalho remoto com data de início \_\_\_\_\_, enquanto vigorar a norma local, que suspendeu as atividades escolares ou em creche, por motivos de força maior relacionadas ao coronavírus. Declaro, mais, que estou ciente de que a prestação de informação falsa me sujeitará às sanções penais e administrativas previstas em Lei.

Informações adicionais

Dados cônjuge:

Nome Completo:

Servidor Público ou Empregado Público Federal: ( ) Sim ( ) Não

Dados dos filhos (deve ser preenchido para cada filho):

Nome Completo:

Idade:

Escola: ( ) Pública ( ) Privada

UF da Escola:

**Cidade da Escola:**

**PORTARIA Nº 71/2020****CONCEDE ADICIONAL QUINQUENAL AOS SERVIDORES QUE MENCIONA.**

O Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Ver. Rodrigo Otávio de Oliveira Modesto, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso I, do art. 115 da Lei Orgânica Municipal, art. 162 da Lei Municipal nº 1042/1971 e Lei Municipal nº 5329/2013, expede à seguinte

**PORTARIA**

Art. 1º - Conceder, aos servidores relacionados, adicional quinquenal sobre seus vencimentos, conforme discriminação abaixo:

<b>Nome</b>	<b>Matr</b>	<b>Cargo</b>	<b>Quinq.</b>	<b>Á partir de</b>
Eliane Cristina Ramos Gonçalves	238	Agente Administrativo	5º	02/09/2020

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE****CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE, 9 de Setembro de 2020.****RODRIGO OTÁVIO DE OLIVEIRA MODESTO**  
PRESIDENTE DA MESA



**DECRETO**
**DECRETO N.º 68/2020**
**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA O EXERCÍCIO  
FINANCEIRO DE 2020**

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga o seguinte Decreto:

**Art.1º:** Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) para as seguintes dotações vigentes da Câmara Municipal:

<b>Dotação</b>	<b>Discriminação</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>Ficha</b>
0101.01.031.0014.8001.319011	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES GABINETES PARLAMENTARES- Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 300.000,00	02
0102.01031.0014.8021.319011	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE APOIO AO CIDADÃO-Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 35.000,00	17
0102.01.122.0014.8005.339039	MANUTENÇÃO DO EDIFÍCIO PRINCIPAL PRÉDIO CÂMARA- Outros Serv. Terceiros PJ	R\$ 170.000,00	27
0102.01.122.0014.8006.339039	MANUTENÇÃO DO DEPTO. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS- Out. Serviços Terc. PJ	R\$ 130.000,00	37
0102.01.122.0014.8005.339046	MANUTENÇÃO DO DEPTO. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS- Auxílio Alimentação	R\$ 20.000,00	39
0102.01.122.0014.8010.319113	DEFÍCIT ATUARIAL- Obrigações Patronais	R\$ 230.000,00	45
0105.01.391.0016.8017.319011	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MUSEU HISTÓRICO- Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 15.000,00	97
<b>TOTAL=</b>		<b>R\$ 900.000,00</b>	

**Art. 2º:** Para ocorrer os créditos suplementares indicados no artigo anterior, conforme autorização contida no artigo 9º, § 1º da Lei Municipal n.º 6.112/2019 (LDO), e, no artigo 4º, I da Lei Municipal 6170/2019 que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2020, será utilizado como recurso as reduções das seguintes dotações da Câmara Municipal de Pouso Alegre:

<b>Dotação</b>	<b>Discriminação</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>Ficha</b>
0101.01.031.0014.7001.449052	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P/GABINETES- Equip. Mat. Perm.	R\$ 280.000,00	01
0102.01.031.0014.8021.319113	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE APOIO AO CIDADÃO-Obrigações Patronais	R\$ 35.000,00	19
0102.01.122.0014.7003.449051	AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL-Obras e Instalações	R\$ 280.000,00	23
0102.01.122.0014.7004.449052	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES- EQUIP.MAT.PERMANENTE	R\$ 100.000,00	24
0102.01.122.0014.8022.339039	SERVIÇOS TERCEIRIZADOS- OUT.SERV.TERC. P.J	R\$ 170.000,00	51
0104.01.031.0015.7006.449052	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS e MATERIAL PERMANENTE- Equip. Mat. Perm.	R\$ 20.000,00	83
0105.01.391.0016.8017.319013	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MUSEU HISTÓRICO- Obrigações Patronais	R\$ 15.000,00	98
<b>TOTAL=</b>		<b>R\$ 900.000,00</b>	



**Art. 3º:** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala de Sessões, em 04 de setembro de 2020.

Rodrigo Otávio de Oliveira Modesto  
Presidente da Câmara Municipal

Rafael Tadeu Simões  
Prefeito Municipal

Ricardo Henrique Sobreiro  
Chefe de Gabinete